

# Heureca! Sobre o microcrédito

"O modelo é instrumento revolucionário para reverter nossos pífios resultados sociais." Por **Denise Frossard**

O professor e meu colega da FGV, Marcelo Cortes Neri, profissional dedicado ao estudo do propositivo dos problemas sociais, em artigo "Efeito colateral", publicado no Valor Econômico de 2/4 à pág. A15, abordou a questão do crédito produtivo popular, começando o seu texto com uma pergunta oportuna: "por que o crédito produtivo popular pouco se desenvolveu nesse país?"

A situação é tão curiosa que o professor Marcelo Neri classificou-a como um "milagre brasileiro", utilizando uma definição de Cláudio Vega. "Entre a taça e os lábios" existem percalços, afirma o professor Neri, numa feliz ilustração. É verdade. E é mesmo de se estranhar que assim seja.

O microcrédito é um talentoso e comprovado modelo de inserção econômica, social e política criado pela mente privilegiada de um professor de economia de Bangladesh, e por ele colocado à disposição de países que, a exemplo do Brasil, sofrem índices vergonhosos de concentração de oportunidades econômicas e de renda, responsáveis por um número obscuro de excluídos. O modelo do professor Yunus poderia estar servindo melhor à sociedade brasileira, não fossem os equívocos e a inopia de seus formuladores públicos no Brasil. Esta aí, talvez, a razão do "mistério brasileiro".

A proposta do modelo Yunus é simples: oferecer aos pobres, excluídos, indigentes inclusive, uma alternativa de crédito para respaldar as suas iniciativas econômicas lucrativas, obtendo o rompimento com o ambiente de miséria em que vivem.

Para onde quer que olhemos, tem gente pobre que, na ausência de trabalho assalariado, está vendendo alguma coisa ou produzindo alguma coisa para vender. Gente que até recolhe garrafas e lixo e os transforma em matéria-prima de sobrevivência; gente que faz de suas casas, de seus quartos de dormir, das esquinas das ruas, ou de qualquer canto onde se abrigue, a sede de sua empresa, o núcleo do seu negócio e através dele, produzindo, vendendo, comprando e até empregando.

Gente que sabe por quanto compra e por quanto precisa

vender para recomprar e continuar vivendo. Nada muito diferente do que fazem, com mais sofisticação, mas com os mesmos resultados, os empresários formais e de maior tamanho.

Os pobres, no entanto, não têm cadastro bancário e nem lastro de garantia; são informais porque a formalidade é cara, podendo retirar oxigênio do seu negócio e de sua capacidade de sobrevivência; não conseguem comprovar renda e não encontram entre os seus desiguais, os que têm posse e poder aquisitivo melhor, alguém que lhes afiance o crédito, coisa de deixar qualquer banqueiro maluco.

Por isso na equação do Yunus, a liquidez do crédito estará garantida exclusivamente pelo sucesso do modelo e dos negócios que o modelo financia. O resul-

## A proposta é oferecer a excluídos e pobres uma alternativa de crédito que respalde suas iniciativas econômicas

tado dos negócios deverá ser tal que permita ao tomador renovar os empréstimos, contabilizados todos os acréscimos de resultado, agregar renda e melhorar a qualidade de sua vida e de sua família.

A liquidez do crédito, em resumo, será o óbvio resultado do negócio financiado, um diferencial significativo do microcrédito, que faz do financiador um co-responsável no sucesso do empreendimento.

É um programa que agrega dignidade e respeito, e não tem compromisso com a caridade. É simplesmente um negócio. Um bom negócio!

O professor Yunus criou o modelo e o colocou à prova. Os números que ele tem apresentado ao mundo comprovam que a coisa toda funciona bem, inclusive e principalmente quando a ótica é a inadimplência, pavor dos banqueiros tradicionais.

Por aqui, as Organizações Não Governamentais compraram a idéia, mas precisam do governo para financiá-la, até que os resultados estimulem o ingresso da iniciativa privada no programa. É onde está o "milagre brasileiro". O go-

verno apenas fungiu que entrou!

Estive por um bom tempo lidando com o microcrédito, por força de ter sido presidente de uma experiente organização, o Banco da Mulher. Por lá encontrei a resposta para a pergunta do professor Marcelo Neri.

Antes de lá chegar conheci o microcrédito das propagandas e relatórios oficiais e dos elogiosos artigos, discursos e boas intenções.

Ao contrário do que imaginei, o que por aqui se chama de microcrédito nada mais é do que um publicitário programa de crédito público para micro empresas, alinhado com os mesmos processos burocráticos, medos e exigências do mercado tradicional. Longe dele continuam os pobres, os que perambulam vendendo coisas que compram ou que produzem, aqueles que a necessidade de sobrevivência aliada à criatividade transformou em empresários. As ruas ensinam! Pena mesmo que os formuladores de políticas públicas só apareçam nelas de vez em quando, a cada novo ciclo das campanhas eleitorais.

Então, "por que o crédito produtivo popular pouco se desenvolveu nesse país?" Porque o seu foco são os pobres, e o modelo é inovador, impingindo uma mudança na cultura do crédito, compromisso para os governos, enquanto elementos indutores, até que se ganhe, pela demonstração de resultados, a confiança do mercado privado. Infelizmente os governos, de todas as instâncias, entraram no programa buscando publicidade, mais do que resultados efetivos.

A proposta do Yunus, para o Brasil tem tido mais sabor de microfinanças do que de microcrédito; mais sabor de banqueiro do que de agente de desenvolvimento; mais de consultores bem pagos do que de microempresários bem sucedidos; mais de salas de treinamento e aulas do que de oficinas.

No dia em que os governos acreditarem no microcrédito como instrumento revolucionário para reverter os nossos pífios resultados sociais, o "milagre brasileiro" lembrado pelo professor Neri, estará dissolvendo.

Este é mais um convite à reflexão, com as coisas nos seus devidos lugares!

Denise Frossard é jornalista.